



Sobre a sustentabilidade e seus paradigmas no capitalismo moderno: possibilidades, projetos e compromissos

Lucas Alexandre Pires¹

Resumo: *A presente resenha tem por objetivo expor o livro “A sustentabilidade como Paradigma: cultura, ciência e cidadania” escrito por Freitas & Freitas. O texto buscará expor os principais temas abordados pelos autores, seus compromissos e projetos sobre a sustentabilidade nos contextos brasileiro e global, visando também expor o compromisso político de ambos na busca pela emancipação humana sob uma perspectiva que também englobe a ecologia e os conhecimentos tradicionais aliados à ciência e a tecnologia.*

Palavras-chave: *Sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, cidadania, cultura.*

Abstract: *The purpose of this review is to present the book "Sustainability as a Paradigm: Culture, Science and Citizenship" written by Freitas & Freitas. The text will seek to expose the main themes addressed by the authors, their commitments and projects on sustainability in the Brazilian and global contexts, also aiming to expose the political commitment of both in the quest for human emancipation from a perspective that also encompasses allied traditional ecology and knowledge to science and technology.*

Key Words: *Sustainability, sustainable development, citizenship, culture.*

Apresentação

Antes de iniciar esta resenha, faço uma pequena referência ao leitor em relação a um movimento - ou processo - identificado por Marshall Sahlins em *Ilhas de História*, de que todo grande sistema político e econômico carrega em si a gênese de sua contradição (Sahlins, 1997). Recruto esta potente ideia pois, como veremos a seguir, o livro *A sustentabilidade como Paradigma: cultura, ciência e cidadania*, escrito por Marcílio de Freitas e Marilene Corrêa da Silva de Freitas, possui uma coerência impecável no que tange à temática da sustentabilidade e demonstra que esta noção, ecologicamente orientada, por vezes é entendida, no senso comum e no meio científico, muito mais como uma extensão ou consequência do capitalismo moderno - onde a busca por uma relação ecológica menos agressiva tornou-se capitalizável, mercantilizável -, do que uma possibilidade de emancipação socio-ecológica humana. No livro, os autores propõem uma

¹Mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: lucasalexandrep@gmail.com.



retomada da práxis entre a produção do conhecimento e a efetivação de projetos sustentáveis em várias dimensões da vida cotidiana, seja através da educação, da cultura e das ciências e suas transdisciplinaridades, seja através de uma atuação ativa e efetiva da humanidade - esta pensada enquanto força motriz da transformação global. Seu objetivo é construir as vias pelas quais a humanidade possa se emancipar, a fim de não estar mais entregue aos meios de produção como meros seres extrativistas e consumidores. Dessa forma, almeja-se que via educação e conscientização possa-se formar seres humanos comprometidos com a construção de um mundo livre da usura e do desrespeito ao meio ambiente, que durante a história fora sempre relegado ao status de depósito de matéria prima a ser explorado.

Se a sustentabilidade fora incorporada ao capitalismo como um produto vendável, como uma nova forma de explorar o as propriedades do meio ambiente sem deixar de produzir mais valias, talvez ela também carregue em si a gênese de algo novo, como um comportamento menos mesquinho, mais consciente e atuante nas questões ambientais e que possa se disseminar por toda a sociedade humana. Dito isso, inicio minhas considerações sobre o livro.

1. Um livro como projeto e ação

O livro pode ser descrito, metaforicamente, através da imagem de uma planta brotando em meio ao concreto - um lapso de potência, devir e vida verde diante dos arranha-céus cinzentos que governam a realidade contemporânea das cidades e metrópoles no Brasil. Clamo essa metáfora pois o próprio livro físico é um artefato híbrido e material de seu conteúdo, possuindo uma capa elaborada artística e criticamente em papel reciclado, dotada de perguntas inquietantes e propostas de hipóteses a seres aprofundadas e exploradas pelos leitores, tais como: “Será o desenvolvimento sustentável o último estágio de opressão do capitalismo?”; “Qual é a relação do desenvolvimento sustentável conosco? Com o nosso futuro?”.

Tais frases acima referidas, rodeadas por folhas verdes desenhadas ao redor da capa, dão o tom da obra: um livro radical, intempestivo, pulsante de uma práxis acadêmica que descende da atuação de seus autores diante do ofício acadêmico, e de seus compromissos com a construção de uma perspectiva de futuro inovadora baseada na

interação entre as culturas, entre as ciências, entre os mecanismos de formação cidadã. Este engajamento também se apresenta no livro através da severa crítica os avanços do mundo capitalista frente à realidade ecológica global, partindo tanto da perspectiva das Ciências Naturais e Exatas, quanto da perspectiva sociológica. Dados estatísticos são interpretados com maestria e dão o tom catastrófico pelo qual as alarmantes perspectivas de futuro compartilhadas pelos autores precisam ser debatidas de forma transdisciplinar, não menos dotada de um eminente propósito político.

Soma-se a este compromisso científico/político dos autores a forma sutil como eles colocam em questão os modos pelos quais os estados e seus governantes também atuam em relação à noção de sustentabilidade, durante os períodos em que assumem o poder. Freitas & Freitas colocam em evidência a ausência, por exemplo, dos projetos a longo prazo que não se consolidam em maneiras efetivas de promoção da sustentabilidade. Eles denunciam que a cada nova gestão, seja a nível estadual ou federal no caso brasileiro, seja a nível global como no caso dos EUA e sua obstrução diante dos tratados de redução de poluentes da ONU, protela-se a execução de novas formas de produção de bens e de energia de menor impacto ambiental, resvalando portanto em um impacto direto no meio social - para a humanidade - e natural - para a biodiversidade. É através destas nuances, destes engajamentos, destas denúncias e propostas de mudança que os autores constroem todo o argumento do livro. Mas antes de continuar a falar da obra, é preciso fazer jus aos seus autores.

Marcílio de Freitas atualmente é Professor-aposentado do Departamento de Física da Universidade Federal do Amazonas e, ao longo de sua carreira, se dedicou ao estudo de processos de transporte de massa e energia em meios porosos e em regiões tropicais, bem como aos estudos da Ciência, Tecnologia e Informação aplicadas às políticas públicas e em desenvolvimento sustentável.

Já Marilene Corrêa da Silva Freitas é Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas, dedicando-se ao longo de sua carreira a temas relacionados à Amazônia, políticas públicas e científicas, teoria sociológica e ao desenvolvimento sócio-econômico. Os autores também escreveram em colaboração o livro intitulado *Sustainability: Man-Amazonia-Word*, publicado pela America

Star Books em 2013.

Feitas estas breves incursões iniciais, é preciso prosseguir com as inquietações que a obra nos provoca.

O livro é subdividido em três partes, ambas conectadas entre si através do tema da sustentabilidade e as diferentes formas que ela é engendrada nos debates atuais, no que tange à educação, a cultura, a tecnologia e ao desenvolvimento econômico global. Seguiremos aqui o fluxo das ideias apresentadas no livro de forma linear, a fim de expor de maneira esquemática o modo como os autores pensam estas intersecções, suas possibilidades e desafios.

2. Cultura e desenvolvimento sustentável

A primeira parte do livro é dedica à questão da sustentabilidade e sua interconexão com a cultura, partindo da noção de desenvolvimento sustentável aplicada à realidade global do século XXI. Nela, os autores destacam não só as consequências do modo de produção capitalista adotado pelos “Países de Primeiro Mundo” - que vem destruindo a ecologia e a biodiversidade global, agindo de forma desenfreada e pouco regulada para os devidos fins do lucro e da usura -, como também as dificuldades de se pensar os meios de supera-lo, partindo de uma perspectiva ecológica que construa novos modos de ser e estar no mundo através do fortalecimento das relações entre a natureza e as diferentes culturas.

Somado a estas questões, os autores apontam algumas diretrizes possíveis em relação à apropriação do conceito de sustentabilidade pela sociedade ocidental - incluindo o mercado financeiro e suas pretensões - enquanto meios, veículos e possibilidades de construção de um futuro menos opressor na relação do homem com a natureza. Desloca-se, assim, a ação humana predatória para uma perspectiva mutualística ou protooperativa que viabilize uma maior interação e reciprocidade entre os seres humanos com o meio ambiente, sem que se faça necessário destruí-lo por completo para, a partir daí, tomar consciência das consequências da exploração global que o capitalismo gradualmente produziu.

A primeira questão que os autores nos colocam é que o conceito de desenvolvi-

mento sustentável, baseado em uma ideia de confluência entre preservação ambiental e perspectiva de desenvolvimento econômico - este aliado à manutenção do ecológico -, nasce a partir de um inegável impasse que emerge no século XXI: a ideia de um gradual esgotamento dos recursos naturais do planeta, sua transformação sistêmica e, conseqüentemente, a extinção da espécie humana e toda a biodiversidade.

Esta perspectiva pessimista traz à tona um questionamento importante acerca da finitude tanto dos recursos naturais quanto da própria espécie humana: como, então, implementar projetos sustentáveis e como torna-los efetivos na sociedade brasileira? Como exporta-los para outros países e como efetivar uma nova política de emancipação ecológica e cidadã?

Partindo deste questionamento, os autores apontam para algumas dificuldades na efetivação de um projeto sustentável no Brasil, pois a ideia de sustentabilidade aparece diametralmente oposta à noção de “crescimento” e privatização dos recursos naturais - noções estas tão caras às grandes empresas. A noção de desenvolvimento sustentável seria, ainda, tomada como um contraponto aos projetos hipócritas dos governos dos países centrais - estes que privilegiam os interesses dos mais poderosos e de seus eleitores ao invés de propor e promover novos projetos sustentáveis de ação e intervenção. Dessa forma, ao invés de atingir uma dimensão estrutural - agindo desde os mais simples gestos cotidianos dos serem humanos até no final da cadeia produtiva das grandes indústrias -, o conceito de sustentabilidade e suas aplicações ficam restritos somente ao âmbito local de algumas regiões como, por exemplo, na Amazônia. A taxaço por impacto ecológico de empresas na Zona Franca de Manaus, os inovadores processos de produção e geração de energia de matriz renovável e de baixo impacto ambiental, bem como as políticas de valorização dos conhecimentos dos povos tradicionais são algumas destas aplicações que facilmente poderiam ser implementadas em outras regiões. Segundo Freitas & Freitas, o maior problema enfrentado por aqueles que buscam implementar estes projetos ainda é a resistência política à mudança e à inovação em outras regiões, para além da Amazônia.

Por fim, haveria ainda uma tensão entre o conceito de sustentabilidade e a segurança nacional, uma vez que as políticas sustentáveis deveriam atingir e transpor áreas



de integração regional, cuja permeabilidade nas regiões de fronteira fortaleceria alianças regionais em prol de uma atuação conjunta entre nações. Porém, em contrapartida e como temos vivido nos últimos anos, há um interesse estrangeiro latente em relação aos possíveis recursos contidos na Amazônia e que, em certa medida, são gradualmente explorados pelas grandes indústrias de forma desenfreada - vide o grande fluxo de produtos amazônicos cujas patentes são registradas por empresas fora do Brasil. Ao alimentar a expectativa do mercado em relação à prospecção de novos produtos, estas empresas atuam na contramão dos projetos em compromisso sustentável, uma vez que não se investe, por exemplo, em tecnologias de manejo ou em associações de produtores locais. Importa mais o produto do que a relação com o produtor.

Seguindo com estes apontamentos, para que um projeto sustentável se efetive, ou seja, um projeto onde haja a conciliação entre o desenvolvimento econômico, o equilíbrio ecológico e a emancipação social, Freitas & Freitas apontam para a necessidade de um engajamento político que consolide ambas as esferas enquanto uma agenda de futuro única na qual se guiar, deixando de lado os interesses e as ações que destroem e obliteram a equalização do mercado ao manejo ecológico adequado.

A cultura ocidental criou e cria uma diferenciação estrutural no seio da sociedade, que gradualmente culminou no desenvolvimento de uma desigualdade global, cujos frutos do capitalismo beneficiaram mais os ditos “Países de Primeiro Mundo” e relegou os outros países, tidos como “subdesenvolvidos”, à miséria, à exploração e à dependência. Não há mais lugar e não há mais tempo para o consumo desenfreado e modos de produção regados ao extrativismo em larga escala. É urgente, na perspectiva de Freitas & Freitas, que os países repensem suas práticas, a fim de garantirem um futuro possível e comum a todos, com responsabilidade ecológica no combate às desigualdades sociais.

Neste processo de rompimento como a fetichização do mundo produzida pela cultura ocidental, Freitas & Freitas apontam para o papel fundamental das ciências - tendo como destaque as ciências humanas por serem capazes de produzir a autocrítica sobre os processos humanos - e da educação. Ambas se tornam fundamentais para a revisão das atitudes futuras, na medida que constroem vidas, as colocam em relação com o meio e abrem novas possibilidades de engajamento ecológico e político para as



próximas gerações.

Como os autores salientaram, é preciso lembrar que o humanismo parece diante da acumulação e da usura no atual sistema econômico e, para transpassa-los, é preciso uma nova articulação dos atores sociais ligados aos movimentos ecológicos nos processos políticos e econômicos de tomada de decisão. Para tal, é preciso que instituições de ensino, ONGs e associações participem ativamente nos grandes fóruns sociais de âmbito global, a fim de compartilhar experiências e promover ações.

Não há mais tempo para a procrastinação habitual dos projetos sustentáveis pelos grupos políticos. Segundo Freitas & Freitas, faz-se necessário e urgente inserir o debate ecológico em meio aos projetos de um novo processo civilizatório que priorize o compromisso ecológico junto ao desenvolvimento e a emancipação da condição humana.

Para isso, para que haja de fato uma mudança no modo de pensar e agir dos seres humanos, a sustentabilidade deve ser entendida como um bem universal, um investimento humano para as futuras gerações e não como um novo produto a ser vendido ou uma moeda de troca por votos nas eleições.

Para levar a sério tal empreitada, é preciso que haja, também, a boa vontade política para encarar projetos que visem o bem comum e não priorizem os interesses das grandes corporações. É preciso o comprometimento de políticos responsáveis ecologicamente e não meros fatores da vontade do capital. Nesse sentido, a atuação dos grandes centros universitários em projetos de cunho sustentável agindo junto às comunidades tradicionais contribui para a conscientização também política em diferentes regiões do país.

É neste cenário de constantes disputas que os autores apontam para a Amazônia como um possível centro de desenvolvimento sustentável. Ela que serve e servirá de modelo a ser seguido por outras regiões e países, a fim de estimular uma cultura sustentável que alie o respeito aos grupos regionais e comunidades locais à produção de novas tecnologias comprometidas com a manutenção do meio ambiente.

3. Ciência, sustentabilidade e Amazônia

A segunda parte do livro corresponde aos debates efetivos sobre a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento sustentável. O empenho dos autores se centraliza no debate da sustentabilidade e sua interface com a ciência enquanto promotora de novos desafios e possibilidades tecnológicas, com o compromisso explícito de recuperação do meio ambiente e a redução dos danos futuros. A Amazônia, neste sentido, ganha primazia enquanto locus de promoção de novas políticas voltadas para a construção de uma nova concepção estética de mundo, baseada em uma relação equânime entre natureza e cultura.

Mas para construir essa nova percepção seria antes necessário desconstruir a ideia de progresso com a qual o capitalismo no ocidente fora cultivado e que sedimentou o extrativismo e o consumismo como suas principais características. Para isso, os autores nos questionam: “É possível criar uma relação saudável e sustentável entre capitalismo e ecologia no mundo atual?” (Freitas & Freitas, 2016; pg. 70).

Para responder tal questão, Freitas & Freitas apontam para a “onda privatista” na qual os interesses das grandes empresas e seu alinhamento com grupos políticos gradualmente degenera a ideia de uma gestão eco humana a longo prazo, tendo como efeito colateral a previsibilidade das próximas catástrofes que, segundo os autores, a humanidade passará somente para que continue alimentando seu desejo egoísta por consumo.

Seguindo nessa esteira, a Amazônia ganha centralidade no debate acerca da sustentabilidade, por sua potencialidade enquanto lugar de promoção de uma educação ambiental superando as oposições binárias frequentemente reproduzidas na educação formal entre natureza e cultura. Tal perspectiva educacional com compromisso ecológico conflui com a interação multiétnica e a gradual troca de saberes entre os povos, abrindo possibilidades para construir novas parcerias que visem a estabilidade socio ecológica do planeta e não sua crescente degradação.

Mas para que essa promoção entre as ciências e os diferentes saberes se efetive, seria preciso levar à sério o que Morin (1977) chama a atenção enquanto a complexificação dos saberes e práticas, na busca por transpassar as barreiras que a própria ciência

cria para delimitar suas fronteiras internas e que resvala também na inviabilização de uma autocrítica de suas práticas. Nesse sentido, Freitas & Freitas nos informa da necessidade do reenquadramento e integração das Ciências Humanas às Ciências Exatas e Ciências Biológicas, pois somente por intermédio das primeiras - autocríticas por si mesmas - é que as demais poderão também problematizar suas relações com o mercado, suas fontes de investimento e as possíveis consequências de sua apatia em relação ao engajamento político, por conta da tal neutralidade de seus saberes e práticas.

Além desta autocrítica, Freitas & Freitas apontam para o impacto que as pesquisas produzidas na Amazônia podem ter a nível nacional e global, levando em conta a interação entre a ciência com as práticas tradicionais e operam para além das fronteiras dos estados. Devido seu extenso perímetro que congrega diferentes estados brasileiros e países da América Latina, a Amazônia possui uma riqueza imensurável em termos de conhecimento, saberes étnicos e biodiversidade, cujas técnicas e cultivo e manejo ambiental emergiram no seio de comunidades tradicionais e possuem potencialidades incríveis enquanto promotoras da sustentabilidade.

Neste sentido, Freitas & Freitas recrutam novamente a integração regional e o desenvolvimento das potencialidades locais como possibilidades de engajamento científico, visando a emancipação de uma gestão sustentável que possa servir de modelo para projetos sustentáveis maiores, possíveis de serem aplicados em escala global. Isso porque, ao tornar evidente o fortalecimento regional, também se torna atrativa a implementação de novos projetos científicos em outras regiões cujo domínio político ainda descarta ou simplesmente reduz ações de cunho sustentável. Por isso, a Amazônia e seus projetos aparecem no cenário nacional e internacional como ponto nodal da construção do “bem” coletivo futuro (Freitas & Freitas, 2016), para além das aspirações egoístas das grandes empresas e dos países de “Primeiro Mundo”.

Para isso, para que este “bem” coletivo futuro se mantenha vivo, é preciso integrar a Amazônia com o resto do Brasil e do mundo, na busca pelo que Freitas & Freitas (2016) chamam de uma humanização das relações do homem com a natureza. É preciso retomar e estabelecer propostas e compromissos federativos que tenham por objetivo a integração dos países para além de suas fronteiras, visando sua responsabilidade na



construção de um futuro comum via investimento em novas ciências e tecnologias sustentáveis. Essa humanização também perpassa pela tomada de consciência cidadã, tema que os autores abordam na terceira e última parte do livro.

4. Cidadania, emancipação ecológica e educação

Para fechar o argumento do livro, na terceira parte os autores abordam a relação da sustentabilidade com o compromisso cidadão, no qual o exercício da cidadania precisa ser reconfigurado a partir do comprometimento dos sujeitos e pessoas para com a perspectiva ecológica, desde a educação básica até a implementação de projetos universitários visando a integração entre a humanidade e o meio ambiente. Mas não só.

Na perspectiva de Freitas & Freitas, é preciso engajamento político mútuo entre os países para que construam em conjunto os alicerces de um novo modo de produção sustentável, a fim de cindir com a reprodução das desigualdades e a gradual destruição do meio ambiente. Integração é a palavra e o movimento chave neste sentido.

Tal argumento coaduna, por exemplo, com o que Marcel Mauss nos propõe já em 1925, quando publica seu *Ensaio sobre a dádiva*. Nele, Mauss, com entonação política, demonstra que a vida em sociedade, regada pelas relações entre os homens, as coisas e outros tantos fenômenos sociais quanto seja possível observar, é construída para além daquelas relações cujo fim último estariam ligadas à produção e à acumulação de mais valor. Ao interpretar na troca as obrigações de dar, receber e retribuir, Mauss nos revela o quanto as trocas desprovidas de valor financeiro - mas não menos de interesse -, agem sob as pessoas e como tornam-se possíveis as mudanças estruturais a partir de pequenas coisas, tão simples quanto um gesto ou um artefato. Diz ele, por exemplo, a respeito de como o grande Rei Artur conseguiu subverter as hierarquias e conquistar o respeito dentre os guerreiros das diferentes castas de seu reino:

Os bretões, as Crônicas de Artur, contam de que maneira o rei Artur, com a ajuda de um carpinteiro da Cornualha, inventou esta maravilha de sua corte: a "Távora Redonda" milagrosa em torno da qual os cavaleiros não mais se bateram. Antes, por "sórdida inveja", em escaramuças estúpidas, duelos e homicídios ensanguentavam os mais belos festins. O carpinteiro disse a Artur: "Farei uma mesa muito bela, junto à qual poderão sentar-se mil e seiscentos ou mais, e dispor-se em volta sem que ninguém seja excluído... Nenhum cavaleiro poderá travar combate, por ali o mais graduado estará no mesmo nível que o menos graduado".

Não houve “lugar de honra” e, portanto, não mais disputas. Por toda parte onde Artur transportou sua Mesa, sua nobre companhia permaneceu alegre e invencível. É assim que hoje ainda se fazem as nações, fortes e ricas, felizes e boas. Os povos, as classes, as famílias, os indivíduos poderão enriquecer, mas só serão felizes quando souberem sentar-se, como cavalheiros, em torno da riqueza comum. Inútil buscar muito longe qual é o bem e a felicidade. Eles estão aí, na paz imposta, no trabalho bem ritmado, alternadamente em comum e solitário, na riqueza acumulada e depois redistribuída, no respeito mútuo e na generosidade recíproca que a educação ensina. (Mauss, 2008: pg. 314)

Freitas & Freitas não estão longe destas proposições. Seu argumento segue as mesmas alíneas daquelas descritas por Mauss acerca da história da “Távora Redonda” de Artur: a supressão das hierarquias, a tomada de consciência acerca do bem comum, a busca por alternativas na construção de uma sociedade em paz, independentemente das inevitáveis desigualdades e diferenças entre os homens. Mas não basta pensar tais mudanças e mantê-las somente no plano das ideias, é preciso implementá-las.

Uma das formas de tornar tais mudanças reais seria via o engajamento político das ciências e dos lugares de produção de conhecimentos - as universidades - em comunhão com os saberes tradicionais, trocando e construindo projetos, podendo as diferenças e buscando a comunhão para além dos interesses do grande capital. Contudo, o gradual arranjo político global, que favoreceu o norteamento das ações e projetos dos países mais pobres pelos interesses dos mais ricos - o que, como vimos, sedimenta o seu subdesenvolvimento -, negligenciou e ainda negligencia as múltiplas formas pelas quais estas democracias do Sul se desenvolvem e buscam se emancipar.

Como consequência incontornável deste processo civilizatório, que beirou e beira a manutenção das dependências, o desenvolvimento sustentável e as possíveis políticas de sua implementação tornam-se ou impossíveis, diante da necessidade de um processo de industrialização ainda elementar, ou transformam-se em verdadeiras armas a serviço das grandes empresas que tomam para si as tradições e conhecimentos locais para transformá-los em produto ou propaganda. Os produtos e conhecimentos locais tornam-se mercadorias, facilmente consumíveis por aqueles que em muito estão distantes de sua origem. Já as comunidades, ao invés de se emanciparem cultural, político ou financeiramente, acabam por sofrerem um severo processo de proletarização.

Parte do problema, segundo Freitas & Freitas, poderia ser e deve ser combatido



através de iniciativas que visem a implementação e incorporação da educação ambiental enquanto obrigatória nas matrizes educacionais. Somente através da complexificação (Morin, 1977) e do adensamento das perspectivas histórico-críticas ligadas à manutenção do ecológico, desde a formação básica até a universitária, é que poderemos progredir com o processo de humanização e integração entre natureza e cultura. Só com a educação se faz possível romper com as lógicas mercadológicas que consomem os indivíduos e os tornam reprodutores de um consumismo inconsciente desde a mais tenra idade. Em outras palavras, é construindo uma educação ecologicamente solidária que também se construirá um cidadão ecologicamente consciente.

Já nos centros universitários, os lócus de produção científica e promoção de tecnologias sustentáveis, o desafio se faz presente na implementação e consolidação de projetos norteados pela questão ambiental, com financiamentos e investimentos diretos do Estado brasileiro. Freitas & Freitas nos apontam que um dos grandes avanços conquistados, principalmente na Universidade do Estado do Amazonas, fora a emergência e institucionalização de programas de doutoramento voltados para o compromisso com a sustentabilidade. Tal investimento sedimenta o compromisso do Estado com políticas educacionais de promoção à Ciência, Tecnologia e Inovação, cerne do que os autores elencam enquanto um caminho para a construção deste novo processo civilizatório comprometido com o meio ambiente.

Mas não só no Brasil tais ações precisam ganhar amplitude maior. O investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação nos países considerados subdesenvolvidos, de “Terceiro Mundo”, pode e deve produzir rupturas na forma pela qual tais determinismos econômicos vindos de fora, “de cima”, agem sob suas políticas internas. Ao investir na base, na educação elementar e ao incluir nela conteúdos relativos à conscientização ambiental e os riscos da produção desenfreada, plantamos as sementes de uma perspectiva humanizada acerca da natureza e, também, mais ecológica sob nossa própria cultura.

É preciso, por fim, integrar estas várias esferas da vida humana - cultura, educação, cidadania e ciência -, segundo Freitas & Freitas, se nosso objetivo é garantir que haja um futuro diferente daquele que nossas previsões catastróficas nos apontam.



5. Considerações finais

Como vimos, para Freitas & Freitas, é mais do que urgente e necessário que os grupos e instituições que buscam a implementação de projetos de desenvolvimento sustentável soldem nos corações e mentes das pessoas a necessidade de se instituir uma concepção filosófica e social que oriente a coexistência multicultural e solidária entre os povos (Freitas & Freitas, 2016: pg. 122). Não há mais tempo a perder diante da eminência de desastres globais ligados à degradação ambiental e a inconsciência humana no que tange à preservação ecológica.

Saliento, também, que o livro fora publicado em 2016 quando ainda havia a possibilidade de se pensar a sustentabilidade enquanto projeto político e científico. De lá para cá e o desgoverno que tomou conta do Brasil, as políticas ambientais - principalmente em relação ao uso da água, de agrotóxicos e da produção orgânica - foram severamente atacadas, assim como a perca de direitos e o aumento da desigualdade no país como um todo - vide a variação do Índice de Gini nos últimos anos.

As verbas e financiamentos para a Educação e para a Pesquisa minaram para a Segurança Pública, deixando danos irreparáveis para o progresso científico e o desenvolvimento de novas tecnologias mais sustentáveis e renováveis. A própria noção de formação cidadã pereceu diante da necessidade do aumento da repressão de cunho militar, pois para alguns governantes mais vale reprimir do que educar.

Dessa forma, apesar do tom otimista do livro em relação a um futuro sustentável, creio ser necessário por imediatamente em prática o que sugeri no início, a partir da leitura de Freitas & Freitas (2016): é preciso encontrar as brechas deixadas pelo grande capital e o sistema econômico vigente, fortalecendo a gênese de sua contradição via entrelaçamento entre sustentabilidade, preservação e produção. É preciso levar a sério o argumento dos autores de que há uma potencialidade enorme inexplorada em relação à Amazônia enquanto locus de divulgação de uma nova cultura político ecológica, que pode se estender para todo o território nacional a ganhar o mundo. É a partir da práxis, da união entre a ciência, a educação e a cidadania na luta por um futuro diferente que se transforma a realidade e semeia um futuro possível em meio ao caos. Seria dessa forma que nós evitaríamos, por exemplo, que a sustentabilidade seja convertida em mais uma

arma contra os mais pobres e excluídos pelo grande capital, conforme nos atentam os autores.

Referências

FREITAS, Marcílio de; FREITAS, Marilene Corrêa de. A sustentabilidade como paradigma: cultura, ciência e cidadania. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MORIN, Edgar. O método: 1. A natureza da natureza. Portugal: Editions du Seul, 1977.

SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.